

SIMULADO SEMESTRAL 2023.1

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. As provas serão compostas por questões objetivas sobre os conteúdos das disciplinas concluídas no Módulo Conteúdos Jurídicos, quais sejam: Língua Portuguesa, Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Administrativo, Direito Tributário e Direito Empresarial.
2. As provas serão divididas por disciplina, sendo cada uma delas com 10 questões.
3. O aluno terá apenas **uma tentativa de resolução** das questões da prova.
4. A data de realização da prova será 7 de julho de 2023 (das 19h às 23h).
5. O tempo de realização da prova será de 04 horas. **ONLINE**, a prova deve ser iniciada e concluída nesse tempo. Após este período, o sistema fechará a atividade e somente o que foi respondido será enviado.
6. Não será admitido o uso de quaisquer outros materiais de consulta, mesmo que para rascunho, nem será permitida a comunicação com terceiros.
7. O resultado da avaliação, em nota, estará disponível no dia 8 de julho, após as 12h. Para visualizar o estudante deverá acessar este ambiente virtual e clicar, no menu à esquerda, no link Notas.
8. O gabarito com as respostas consideradas corretas estará acessível neste ambiente virtual, após as 12h, do dia 8 de julho de 2023.
9. O dia 10 de julho de 2023, às 12h, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br. Para o envio do recurso utilize formulário próprio, disponível neste ambiente virtual.

Boa prova!

Equipe Esmesc

Tirinha para a questão 1.



Fonte: <https://www.google.com/search> Acesso em: 14 jun. 2023.

1. O efeito humorístico da tirinha é obtido por meio do emprego ambíguo do verbo *ter*. Há dois sentidos possíveis para o verbo no contexto da tirinha. Esses dois sentidos são:

- I. Na primeira ocorrência *ter* pode ser ‘sentir’, na segunda, *ter* pode ser ‘oferecer’, ‘ofertar’, ‘estar à disposição’.
- II. Na primeira ocorrência *ter* pode ser ‘possuir’, na segunda, *ter* pode ser ‘sentir’, ‘passar por’.
- III. Na primeira ocorrência *ter* pode ser ‘oferecer’, na segunda, *ter* pode ser ‘doar’, ‘ofertar’.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I e III.

Texto para as questões de 2 a 5.

O promotor de justiça Alexandre Couto Joppert foi afastado temporariamente da banca examinadora de um concurso para o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e será alvo de uma investigação da própria Promotoria. Examinador de Direito Penal, durante uma prova oral, ele narrou um caso hipotético de estupro coletivo e disse que o criminoso que praticou a conjunção carnal “ficou com a melhor parte, dependendo da vítima”. A prova é aberta ao público e algumas pessoas gravaram a afirmação do promotor. “Um (criminoso) segura, outro aponta a arma, outro garante a porta da casa, outro mantém a conjunção – ficou com a melhor parte, dependendo da vítima – mantém a conjunção carnal e o outro fica com o carro ligado pra assegurar a fuga”, narrou o promotor. Divulgada em redes sociais, a afirmação causou revolta. Muitas pessoas acusam o promotor de difundir a cultura do estupro. Em nota, o procurador-geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Marfan Martins Vieira, informou ter instaurado inquérito para apurar a conduta do promotor, além de afastá-lo da banca examinadora “até a conclusão da

apuração dos fatos”. Autor de livros jurídicos, Joppert atua na Assessoria de Atribuição Originária em Matéria Criminal do Ministério Público, setor subordinado à Subprocuradoria-Geral de Justiça de Assuntos Institucionais e Judiciais. O promotor divulgou nota em que afirma ter sido mal interpretado, já que se referia ao ponto de vista do criminoso. “Ao me referir ao fato do executor do ato sexual coercitivo ter ficado com a melhor parte”, estava tratando da “opinião hipotética do próprio praticante daquele odioso crime contra a dignidade sexual”.

(GRELLET, F. Polêmica sobre estupro afasta promotor. Folha de Londrina. 24 jun. 2016. Geral. p. 7.)

2. Há um fato que se confirma no texto, qual é ele?

- a) Hipoteticamente é narrado um caso, pelo promotor, que reduz o impacto da cultura do estupro, pois leva a interpretar o crime como uma artimanha da vítima.
- b) Alexandre Couto Joppert foi vítima de gravações ilícitas que se configuravam estratégias do inquérito sobre sua atuação como promotor.
- c) A má interpretação do texto do promotor é atribuída ao praticante do crime de estupro.
- d) As redes sociais contribuíram para o afastamento do promotor da banca examinadora do concurso.
- e) A gravação do caso narrado pelo promotor está associada à repercussão, nas redes sociais, da absolvição dos estupradores.

3. Analise sintaticamente o período: “O promotor divulgou nota em que afirma ter sido mal interpretado, já que se referia ao ponto de vista do criminoso” e indique a alternativa ADEQUADA.

- a) O emprego da expressão “já que” apresenta noção temporal de simultaneidade na relação entre as duas orações.
- b) A fim de expressar a ideia de adição implícita no período, é necessário o acréscimo da conjunção “e” antes da expressão “já que”.
- c) A última oração apresenta elipse do sujeito “promotor”, para evidenciar a ideia de consequência em relação à oração anterior.
- d) O período apresenta uso inadequado da locução “já que” para expressar a ideia explicativa contida nele.
- e) A expressão “já que” pode ser substituída por “visto que” sem alterar a ideia de causa indicada pela última oração.

4. Em relação a alguns termos e recursos do texto, analise as afirmativas a seguir.

I. As aspas usadas ao longo do texto marcam o discurso direto do promotor Alexandre Couto Joppert.

II. A expressão “além de” reforça o caráter aditivo presente no período.

III. O termo “mal” modifica a palavra “interpretado”, atribuindo-lhe ideia de modo.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.

e) I.

5. No que se refere à pontuação empregada em algumas passagens do texto, considere as afirmativas a seguir.

I. Em “Examinador de Direito Penal, durante uma prova oral, ele narrou” (as vírgulas isolam uma circunstância de tempo).

II. Em “Um (criminoso) segura, outro aponta a arma, outro garante” (as vírgulas são empregadas para marcar uma enumeração de ações).

III. Em “Em nota, o procurador-geral de Justiça” (a vírgula antecipa o uso do discurso direto).

IV. Em “Autor de livros jurídicos, Joppert atua” (a vírgula é utilizada para separar informações sobre pessoas diferentes).

Está CORRETA a alternativa?

a) Somente as afirmativas I e II são corretas.

b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.

c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.

d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.

e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

6. Na fala do promotor, lê-se que: “[...] ficou com a melhor parte, dependendo da vítima...”. Quanto ao que ele disse, pode-se AFIRMAR que:

a) a expressão converge para um tom que ultrapassa a coloquialidade e beira a vulgaridade e, por isso, não é adequada ao contexto, tampouco esperada na fala do interlocutor (promotor).

b) a expressão não pode ser interpretada como preconceituosa ou tendenciosa, até porque promotores, em uma banca de concurso, podem se valer dessa linguagem.

c) a expressão não pode ser entendida como preconceituosa, uma vez que é a opinião do falante, emitida num lugar adequado para tanto.

d) as pessoas que atuam publicamente não precisam ter cuidado quanto ao que dizem, independente do contexto em que estejam inseridas.

e) ainda que não seja a opinião do promotor, no contexto, ele empregou bem a linguagem ao narrar o fato.

Texto para as questões 7 e 8.

O Jornal Nacional, dias atrás, apresentou uma reportagem que merecia ser mais comentada. A história: na Flórida, dois rapazes e uma garota resolveram roubar algumas placas de PARE instaladas em cruzamentos. Motivo: falta do que fazer. Consequência: na noite seguinte, numa dessas esquinas desfalcadas de sinalização, três rapazes de 18 anos chocaram seu veículo contra um caminhão. Não sabiam que estavam atravessando uma preferencial. Tiveram morte instantânea.

O julgamento dos afanadores de placas foi televisionado. Choravam feito bezerros desmamados. Alegavam que tudo não passou de uma brincadeira de mau gosto. Eram réus primários, quase crianças, e pediam clemência. Inútil. O juiz decretou 15 anos de prisão para cada um e disse estar sendo generoso, porque assassinos não costumam pegar menos de 30. Comovida com o arrependimento dos acusados, a mãe de um dos garotos morto no acidente pediu ao juiz que não os condenasse por tanto tempo, pois no

presídio iriam conviver com bandidos de verdade e o futuro deles ficaria irreversivelmente comprometido. Nada feito. O juiz bateu o martelo e os três já estão vendo o sol nascer quadrado.

O juiz foi rígido? Na hora em que eu assistia ao telejornal, vendo o desespero daqueles jovens e de suas famílias, achei que sim. Mas uma pergunta me veio à cabeça: quem, nos Estados Unidos, vai agora ousar roubar uma placa de sinalização? Só um demente.

A lição é clara: a irresponsabilidade provoca crimes e a impunidade os multiplica. O Brasil está cheio desses pequenos transgressores que depredam orelhões e danificam placas de trânsito. [...] Precisam ser detidos. Falta de intenção atenua um crime, mas não pode absolver. Qualquer pessoa com mais de 18 anos deve ter consciência de que dirigir bêbado, soltar foguetes, dar tiros para o alto, jogar coquetéis molotov dentro de ônibus, tudo isso também provoca tragédias. Estamos acostumados a chamar de assassinos apenas aquelas pessoas que saem de casa com uma pistola automática e o endereço da vítima anotado num papel. Já políticos que desviam verbas destinadas a postos de saúde, esses são gentilmente chamados de corruptos. Ladrões, no máximo.

Assassinos, nunca.

Não somos marginais, mas somos todos homicidas em potencial. Basta uma inconsequência, uma distorção de valores ou uma sandice como a dos jovens americanos. É pena que eles estejam pagando tão caro pelo que fizeram, mas outros três adolescentes morreram por sua causa, e outros tantos continuariam a morrer se o juiz pensasse como nós: o acusado poderia ser um filho meu. Poderia. Mas poderia também estar enterrado sete palmos abaixo da terra por não ter sido avisado de que no meio do caminho havia uma preferencial. Foi dado o recado: não existe muita diferença entre os assassinos por natureza e os assassinos por distração.

Junho de 1997

(MEDEIROS, M. Topless. Porto Alegre: L&PM, 2015. p. 165-167.)

7. Volte ao segundo parágrafo e analise os seguintes trechos:

“Alegavam que tudo não passou de uma brincadeira de mau gosto.”

“[...] pediu ao juiz que não os condenasse por tanto tempo [...]”

Em relação aos pronomes sublinhados, assinale a alternativa que contempla, CORRETA e respectivamente, as referências retomadas por eles (pronomes).

- a) A colisão do veículo dos rapazes contra um caminhão; os julgadores dos réus primários.
- b) O roubo das placas de sinalização nos cruzamentos; os acusados, que demonstravam arrependimento.
- c) A repercussão pública dos atos cometidos; os 15 anos decretados pelo juiz como pena.
- d) O motivo e a consequência do roubo das placas de sinalização; os rapazes de 18 anos, cujo veículo bateu no caminhão.
- e) O julgamento ter sido televisionado; os assassinos que costumam receber pena de 30 anos ou mais.

8. Quanto ao tempo verbal empregado na crônica, a autora inicia com um narrador em terceira pessoa que conta um fato. No entanto, no decorrer do texto, verificam-se, por meio do emprego da pessoa verbal, posicionamentos pessoais. Essa estratégia pela cronista empregada confirma-se em:

I. “O juiz bateu o martelo e os três já estão vendo o sol nascer quadrado.”

II. “O Jornal Nacional, dias atrás, apresentou uma reportagem...”.

III. “Estamos acostumados a chamar de assassinos apenas aquelas pessoas que saem de casa com uma pistola automática e o endereço da vítima anotado num papel.”

VI. “Mas uma pergunta me veio à cabeça...”.

- a) I e IV.
- b) II e IV.
- c) I e II.
- d) III e IV.
- e) I, II, III e IV.

Tirinha para a questão 9.



Fonte: <https://sme.goiania.go.gov.br/conexaoescola/caja/tirinha/> Acesso em: 14 jun. 2023.

9. Enquanto gênero textual, a tirinha se configura pela curta extensão, pelo emprego das linguagens verbal e não verbal e por propiciar o riso seja via ironia, seja via ambiguidade ou, em alguns casos, sarcasmo. Na tirinha em análise, o riso é provocado:

- a) pela capacidade de argumentação irônica do menino.
- b) pela forma sarcástica como a mãe cobra o menino em relação às atividades cotidianas.
- c) pela ambiguidade acarretada pelo emprego do verbo arrumar.
- d) pela ambiguidade acarretada pelo emprego do substantivo feminino desculpa.
- e) pela pergunta ambígua da mãe no terceiro quadrinho.

10. Os advérbios intensificam o sentido do verbo, do adjetivo e do próprio advérbio. Quanto ao emprego do advérbio, todas as alternativas estão adequadas, EXCETO:

- a) “[...] é o direito da produção, circulação e distribuição de riqueza, muito embora, por razões históricas e doutrinárias [...]”.
- b) “[...] O Direito Comercial, no curso da sua evolução histórica, continuamente amplia o seu campo de aplicação [...]”.
- c) “[...] vegetais inclusive materiais genéticos e cultivares, com processos tecnicamente apropriados[...].”.
- d) “[...] regularia inteiramente, a matéria de que trata a Lei nº 13.288/2016.”.
- e) “[...] andou bem e acertadamente o constituinte ao dispor sobre a competência fomentadora do Estado [...]”.

1. Do julgamento do mérito da Arguição de descumprimento de preceito fundamental junto ao STF, é cabível o seguinte recurso:

- a) Embargos de Divergência.
- b) Embargos Declaratórios.**
- c) Apelação.
- d) Agravo Interno.
- e) Reclamação Constitucional.

2. Em relação aos direitos fundamentais assinale a alternativa CORRETA:

- a) O exercício da liberdade religiosa é livre, mas fica condicionado as hipóteses legais que permitam ao Estado limitar seu exercício.
- b) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, salvo nos casos que for dependentemente de censura ou licença.
- c) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- d) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.**
- e) Estrangeiros não-residentes não podem ser considerados como titulares de direitos fundamentais no território brasileiro.

3. A CF/88 permite a criação de novos Municípios. Conforme a previsão Constitucional, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os Municípios podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei.
- b) Após aprovação por plebiscito e a elaboração da lei complementar de criação do município, não poderá o Governador do Estado vetá-la.
- c) Na criação de municípios, mesmo sem aprovação por plebiscito, poderá a Assembléia Legislativa elaborar a lei de criação desta unidade federativa.
- d) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.**
- e) A criação de novos municípios fica condicionada a aprovação, por referendo, das populações diretamente interessadas.

04. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- b) São de iniciativa privativa do Procurador Geral da República as leis que fixem organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- c) É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

d) O veto será apreciado em sessão separada da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria dos Deputados e Senadores.

e) Um projeto de lei delegada rejeitado pelo Congresso nacional não poderá ser objeto de nova proposição na mesma sessão legislativa.

5. Dos seguintes legitimados a propositura da Ação Declaratória de Constitucionalidade, o que não fica vinculado ao requisito da pertinência temática é:

a) Partido político com representação no Congresso Nacional.

b) Governador do Estado.

c) Mesa da Assembléia Legislativa.

d) Entidade de classe de âmbito nacional.

e) Confederação sindical de âmbito nacional.

6. Assinale a alternativa CORRETA:

a) As CPIs não podem decretar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico.

b) As CPIs possuem permissão legal para encaminhar relatório circunstanciado não só ao Ministério Público e à AGU, mas, também, a outros órgãos públicos, podendo veicular, inclusive, documentação que possibilite a instauração de inquérito policial em face de pessoas envolvidas nos fatos apurados.

c) As decisões do Presidente de uma CPI são sempre vinculadas, e não discricionárias, em função do princípio da legalidade.

d) CPIs podem decretar arresto ou busca e apreensão de bens, em razão do princípio da separação de poderes.

e) Para criação de uma CPI é necessário 1/3 da assinatura dos membros da casa legislativa, com aprovação da maioria absoluta do plenário da casa legislativa.

7. O Congresso Nacional deseja atuar no sentido de sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar (art. 49, V da CF/88). Para atuar corretamente sobre esta matéria deve o Congresso, dentre as espécies normativas previstas no processo legislativo (art. 59 CF/88), elaborar:

a) uma resolução, pois este veículo normativo visa regular as matérias na qual a atuação do Congresso venha a produzir efeitos internos e que dispensam a manifestação do presidente da república.

b) uma lei ordinária, pois a matéria está inserida dentre as competências legislativas da união, devendo o Congresso Nacional atuar e submeter a matéria a sanção ou veto do Presidente da república.

c) um decreto legislativo, pois esta espécie normativa visa regular as matérias do Congresso Nacional que produzam efeitos para tratar dos atos de competência.

d) uma lei complementar, pois em razão da natureza da atuação deve ser editado um ato normativo especial, que tenha um quórum qualificado em seu procedimento de aprovação.

e) uma medida provisória, pois o Presidente da república pode editar ato, com relevância e urgência, para tratar de matérias de competência do Congresso Nacional.

8. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Se, decorridos quinze dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

b) O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

c) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição trinta dias depois de aberta a última vaga.

- d) A eleição do Presidente da República não importará a do vice com ele registrado.
- e) A posse do Presidente da República, para cumprir mandato de 4 anos, será no 01 de janeiro do ano de início do mandato.

9. Em relação ao poder judiciário, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não será promovido o juiz que, injustificadamente, reter autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.
- b) É obrigatória a promoção do juiz que figure por cinco vezes consecutivas em lista de merecimento.
- c) O juiz titular residirá na respectiva comarca.
- d) O ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria simples do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- e) O magistrado será considerado estável após três anos de estágio probatório.

10. É legitimado a apresentação de Proposta de Emenda Constitucional e revisão de Súmula vinculante:

- a) Mesa da Câmara dos Deputados.
- b) Mesa do Senado Federal.
- c) Presidente da República.
- d) Partido Político com representação no Congresso Nacional.
- e) Mesa da Assembléia Legislativa.

DIREITO CIVIL

1. Paulo, brasileiro, casado, 35 anos, saiu para trabalhar em uma sexta-feira e nunca mais retornou. Ele foi visto no trabalho e após o almoço, desapareceu e não se tem conhecimento do paradeiro. Isso ocorreu há 3 (três) meses. Paulo possui bens que precisam ser administrados. De acordo com o Código Civil:

- a) Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, a requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público Federal, declarará a ausência, e nomear-lhe-á curador.
- b) Os herdeiros, para se imitirem na posse dos bens do ausente, darão garantias da restituição deles apenas mediante penhores equivalentes aos quinhões respectivos.
- c) Os imóveis do ausente só se poderão alienar, não sendo por desapropriação, ou hipotecar, quando o ordene o juiz ou o Ministério Público, para lhes evitar a ruína.
- d) Se o ausente aparecer, ou se lhe provar a existência, depois de estabelecida a posse provisória, cessarão para logo as vantagens dos sucessores nela imitados, ficando desobrigados a tomar as medidas assecuratórias precisas, até a entrega dos bens a seu dono.
- e) O juiz, que nomear o curador, fixar-lhe-á os poderes e obrigações, conforme as circunstâncias, observando, no que for aplicável, o disposto a respeito dos tutores e curadores.

2. João comprou um terreno de Marcos em novembro de 2021. Contudo, em 2022, quando decidiu edificar uma casa no terreno adquirido, tomou conhecimento de que o imóvel vendido é área de preservação permanente. De acordo com o Código Civil, João poderá anular o negócio jurídico realizado por:

- a) Simulação.
- b) Erro.

- c) Fraude contra credores.
- d) Dolo.
- e) Ineficácia.

3. Marcos, 65 anos, casado pelo regime da comunhão universal de bens com Maria, com quem tem dois filhos maiores e capazes, faleceu há 03 (três) meses. Na constância do casamento, o casal comprou um apartamento no centro de Florianópolis, SC, local onde a família residia, uma casa na praia de Itapema, SC e dois carros. Marcos recebeu de herança de seu pai um imóvel em Brasília, DF. De acordo com o Código Civil:

- a) Maria não terá direito real de habitação, haja vista ser casada pelo regime da comunhão universal de bens.
- b) São herdeiros a esposa Maria e os dois filhos do casal, em proporções iguais.
- c) São herdeiros os dois filhos e relativamente à 50% por cento de todos os imóveis em nome do casal e, também, do bem em nome do de cujus.**
- d) Maria e os filhos possuem direito real de habitação.
- e) São herdeiros os dois filhos e relativamente à 100% por cento de todos os imóveis em nome do casal e, também, do bem em nome do de cujus.

4. Sobre a disciplina dos filhos havidos fora do casamento é CORRETO afirmar:

- a) O reconhecimento de filho realizado por testamento pode ser revogado.
- b) O filho maior pode ser reconhecido mesmo sem o seu consentimento.
- c) O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou ser posterior ao seu falecimento, se ele deixar descendentes.**
- d) São eficazes a condição e o termo apostos ao ato de reconhecimento do filho.
- e) O menor de idade pode impugnar o reconhecimento, nos três anos que se seguirem à maioridade, ou à emancipação.

5. Daniel comprou um carro na Revenda “VendeCar”, porém o bem é produto de furto, cometido contra a vítima Larissa, e se verificou que o documento CRV – Certificado de Registro Veicular, apresentado pelo comprador, o qual lhe foi entregue por força do negócio, apesar de aparentar ser verdadeiro, era de fato falso. No caso, pode-se dizer que:

- a) Daniel adquiriu a propriedade do veículo comprado.**
- b) Daniel não adquiriu a propriedade do veículo comprado, mas a posse é de boa-fé.
- c) Daniel não adquiriu a propriedade do veículo comprado, e a posse é de má-fé.
- d) Daniel não adquiriu nem posse e nem propriedade do veículo comprado.
- e) Daniel adquiriu a propriedade, mediante indenização do valor à vítima.

6. Em ação de adjudicação compulsória aforada por Madson contra Jonas, alegou o autor que firmou contrato de compromisso de compra e venda de um imóvel “loteado” com o réu, tendo quitado todas as parcelas do ajuste, requerendo assim a transferência forçada do domínio do bem. O réu, em defesa, alegou e provou que o contrato em questão possuía cláusula de arrependimento, motivo pelo qual pede a improcedência do pedido, já que pretende exercer o direito de se retratar, pagando ao autor o valor estabelecido a título de arras compensatória. Nesta situação, pode-se dizer que:

- a) A cláusula de arrependimento pactuada é legal, devendo o pedido do autor, formulado na ação, ser julgado improcedente, sem qualquer transferência da propriedade.
- b) A cláusula de arrependimento é legal, no entanto, no caso, deve o pedido do autor, formulado na ação, ser julgado procedente, com a consequente transferência da propriedade.

- c) A cláusula de arrependimento é ilegal, devendo o pedido do autor, formulado na ação, ser julgado procedente, com a consequente transferência da propriedade.
- d) A cláusula de arrependimento só é válida em relação a terrenos rurais.
- e) Nenhuma alternativa anterior está correta.

7. Machado recebeu o sítio de seu patrão Gustavo, a fim de trabalhar como caseiro. Neste caso:

- a) Machado, mesmo sem ter a vontade de ser dono do sítio, dispõe de posse sobre o mesmo.
- b) Machado, caso tenha em seu íntimo a vontade de ser dono do sítio, dispõe de posse sobre o mesmo.
- c) Machado é possuidor direto, enquanto Gustavo, indireto.
- d) Machado é detentor do sítio.
- e) Machado não é possuidor, exercendo apenas atos de mera permissão sobre o sítio.

8. Sobre o direito das obrigações, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Para a teoria dualista ou binária, a relação obrigacional distingue-se em dois aspectos, o débito, consistente na faculdade que tem o credor de exigir que o devedor cumpra a prestação e de utilizar a força estatal para coagi-lo ao cumprimento, e a responsabilidade, consistente no dever que tem o sujeito passivo de efetuar a prestação;
- b) Na obrigação natural, há um vínculo gerador de prestação que, sendo ilícita, mostra-se inexigível;
- c) O jogo classifica-se como proibido, tolerado e legalmente permitido, somente sendo exigíveis as dívidas de jogo nessa última hipótese;
- d) De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, aquele que visita país estrangeiro, usufrui de sua hospitalidade e contrai obrigações lícitas e exigíveis no país, pode, todavia, recusar-se ao pagamento no Brasil, por se tratar de obrigação natural segundo o direito brasileiro;
- e) O recebimento pelo credor de dívida prescrita dá o direito à repetição por pagamento indevido ou enriquecimento sem causa.

9. Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A responsabilidade civil dos pais pelos atos dos filhos menores, prevista no art. 932, inc. I, do Código Civil, não obstante objetiva, pressupõe a demonstração de que a conduta imputada ao menor, caso o fosse um agente imputável, seria hábil para a sua responsabilização;
- b) Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, caracteriza-se a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, sendo dispensada a prova do nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada;
- c) É subjetiva, com presunção de culpa, a responsabilidade do empregador ou comitente por atos de seus prepostos, serviçais ou empregados, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;
- d) A emancipação voluntária e a legal afastam a responsabilidade dos pais pelos atos de seus filhos;
- e) Considerando que a responsabilidade dos pais pelos atos danosos praticados pelos filhos menores é por culpa presumida, ambos os genitores, no exercício do poder familiar, não são, em regra, solidariamente responsáveis por tais atos.

10. Acerca da perda ou deterioração do bem na obrigação de dar, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso;
- b) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- c) Sendo culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, com direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização das perdas e danos;

- d) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.
- e) Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, sem direito a perdas e danos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. O juízo concede a tutela cautelar requerida pelo Autor em caráter antecedente. O Requerido não agrava dessa decisão, mas apresenta contestação no prazo de 15 dias a contar da citação e intimação dessa decisão. Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Como não foi interposto o respectivo recurso, a tutela se estabilizou.
- b) A contestação não impede a estabilização da tutela, mas somente a interposição do respectivo recurso. O magistrado deverá extinguir o processo.
- c) Mesmo não havendo a interposição do respectivo recurso, a oposição da contestação no prazo faz com que o magistrado deva seguir no processamento da causa, sem aplicar a estabilização.
- d) A tutela concedida irá perder seus efeitos em razão do prazo decorrido até o momento da contestação.
- e) Como a contestação foi tempestiva, caberá ao magistrado decidir se mantém ou revoga a tutela concedida, o que não impede a propositura da ação principal nos mesmos autos.

2. Sobre a citação no processo civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se o oficial de justiça verificar que o citando é mentalmente incapaz não fará a citação, e deverá informar o juízo, descrevendo e certificando minuciosamente a ocorrência.
- b) Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça, passível de multa de até 10% (dez por cento) do valor da causa, deixar de confirmar no prazo legal, sem justa causa, o recebimento da citação recebida por meio eletrônico.
- c) A citação não será feita por meio eletrônico, mas sim pelo correio, se o citando for incapaz.
- d) Não é válida a citação quando realizada nos 3 (três) primeiros dias após o casamento do citando.
- e) Um dos efeitos da citação válida é interromper a prescrição.

QUESTÃO ANULADA

3. Sobre as provas no processo civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se o magistrado for considerado suspeito, todas as provas produzidas no processo civil serão necessariamente nulas.
- b) Pela teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, o magistrado pode alterar o ônus previsto na lei quando verificar os requisitos da conveniência e da oportunidade.
- c) As cartas e os registros domésticos não podem ter a função de suprir a falta de título em favor de quem é apontado como credor.
- d) O destinatário da prova será sempre o juiz, pois a função da prova no processo civil é exclusivamente a de formar o seu convencimento.
- e) A prova técnica no processo civil sempre deve ser feita mediante a oportunização de apresentação de quesitos pelas partes, por respeito à ampla defesa.

4. Fulano é citado em uma execução por carta precatória, e deseja impugnar a penhora realizada, comprovando que o imóvel, embora esteja alugado a terceiros, é bem de família. Considerando o enunciado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O prazo para apresentação dos embargos à execução contará a partir da juntada, nos autos de origem, do comunicado de realização da citação pelo juízo deprecado.
- b) O imóvel alugado a terceiro não pode ser considerado bem de família.
- c) O prazo para apresentação dos embargos à execução contará a partir da juntada, na carta, da certificação da citação.
- d) A arguição de impenhorabilidade do bem de família deve ser feita por exceção de pré-executividade.

e) Como há uma carta precatória em curso, a defesa deve se dar por meio de impugnação ao cumprimento da sentença.

5. Nas execuções de alimentos é possível penhorar salário, inclusive mediante consignação em folha de pagamento do executado. Nessas hipótese, o desconto deve observar o seguinte limite máximo:

- a) 50% dos ganhos brutos.
- b) 50% dos ganhos líquidos.**
- c) 30% dos ganhos líquidos.
- d) 30% dos ganhos brutos.
- e) o desconto de salário é ilegal por se tratar de verba impenhorável e de caráter alimentar.

6. Em uma execução de obrigação de entrega de coisa incerta, o executado foi citado para escolher e entregar, no prazo de 15 dias. Tratam-se de cinco vacas de um rebanho. Considerando o enunciado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se o executado escolher e entregar as vacas dentro do prazo, o exequente poderá impugnar a escolha por meio de embargos.
- b) Se o executado escolher e entregar as vacas dentro do prazo, o exequente poderá impugnar a escolha por meio de exceção de pré-executividade.
- c) Se o executado permanecer inerte e deixar transcorrer o prazo, o exequente poderá pedir a expedição de mandado de busca e apreensão.
- d) Se o executado permanecer inerte e deixar transcorrer o prazo, o exequente poderá pedir a expedição de mandado de imissão na posse.
- e) Se o executado escolher e entregar as vacas dentro do prazo, o exequente terá o prazo de 15 dias para impugnar a escolha, nos próprios autos da execução.**

7. Em que condições o relator poderá suspender a eficácia da decisão judicial? Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

- a) O relator poderá suspender a eficácia da decisão judicial quando dela decorrer o dano reparável.
- b) Quando o relator constatar que a decisão proferida é teratológica.
- c) Quando ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
- d) O relator poderá suspender a eficácia da decisão recorrida, se da imediata produção dos seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.**
- e) Quando estiver presente dano grave impossível de ser reparado.

8. Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA.

- a) O Capítulo da Sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória é impugnável através do recurso de Agravo de Instrumento.
- b) Quando o pedido tiver mais de um fundamento e o juiz acolhe somente um deles, não poderá o tribunal recursal, apreciar os demais.
- c) Serão objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal, todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas, mesmo que não sejam relativas ao capítulo impugnado.
- d) Se o Tribunal reformou a sentença que reconheceu a prescrição e mesmo estando o processo apto ao julgamento em segunda instância, deve determinar o retorno dos autos à origem.
- e) Estando o processo em condições de imediato julgamento, o tribunal deverá decidi-lo quando anular a sentença por falta de fundamento.**

9. Acerca dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa, é INCORRETO afirmar:

- a) Um dos objetos da ação de dissolução parcial de sociedade a resolução da sociedade empresária contratual ou simples em relação ao sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso.
- b) O processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de 2 (dois) meses, a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar esses prazos, de ofício ou a requerimento de parte.

c) Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constritivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos à arrematação.

d) Verificado o desaparecimento dos autos, eletrônicos ou não, pode o juiz, de ofício, qualquer das partes ou o Ministério Público, se for o caso, promover-lhes a restauração.

e) No processo de restauração de autos, quem houver dado causa ao desaparecimento dos autos responderá pelas custas da restauração e pelos honorários de advogado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal em que incorrer.

10. Acerca da ação monitória, prevista nos artigos 700 e seguintes, do Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

a) A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz: I - o pagamento de quantia em dinheiro; II - a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel; III - o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer.

b) Sendo evidente o direito do autor, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa. O réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo.

c) Independentemente de prévia segurança do juízo, o réu poderá opor, nos próprios autos da ação monitória, no prazo de 15 dias, embargos à ação monitória.

d) Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção à reconvenção.

e) É inadmissível ação monitória em face da Fazenda Pública.

DIREITO PENAL

1. Identifique as assertivas CORRETAS abaixo para anotar a resposta:

I - O advogado de “A” alegou em sua defesa a tese de “coação moral irresistível”. Se acolhida, isso importará na absolvição de “A” por ausência de culpabilidade na modalidade inexigibilidade de conduta diversa.

II - O advogado de “A” alegou em sua defesa a tese a insignificância do fato (princípio da insignificância). Se acolhida, isso importará em sua absolvição de “A” por ausência de culpabilidade.

III - O advogado de “A” alegou em sua defesa a tese da embriaguez completa proveniente de força maior. Se acolhida, isso importará na absolvição de “A” por ausência imputabilidade penal.

IV - O advogado de “A” alegou em sua defesa a tese de “erro de proibição”. Se acolhida, isso importará em sua absolvição por ausência de culpabilidade na modalidade “falta de potencial consciência da ilicitude do fato”.

V – Em imputação de crime de furto, o advogado de “A” alegou em sua defesa a tese de “erro de tipo essencial”. Se acolhida, isso importará na absolvição de “A” por ausência de dolo.

Diante disso:

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Nenhuma das assertivas está correta.

c) Estão corretas apenas as assertivas I, III, IV e V.

d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e V.

e) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

2. Identifique a assertiva CORRETA:

a) Para a configuração da tipicidade da conduta, exige-se apenas a tipicidade formal, sendo desnecessária a presença da tipicidade material.

- b) De acordo com a teoria da imputação objetiva, a criação de um risco proibido é suficiente para se atribuir ao agente o tipo incriminador, ainda que o resultado não decorra diretamente desse risco.
- c) Aquele que, tendo obrigação de evitar o resultado, não o faz responderá pela prática de crime omissivo próprio.
- d) Após uma violenta discussão, “A” resolve matar “B” afogado. Desse modo, “A” atira o desafeto de cima de uma ponte. No entanto, a vítima acaba por morrer após bater a cabeça no pilar da ponte e não por afogamento. Neste caso, é correto dizer que “A” deve responder dolosamente pela morte de “B”, tendo em vista que o resultado concreto (realização do perigo) corresponde à realização do plano do autor.
- e) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado. Neste contexto, os fatos anteriormente praticados são desconsiderados para efeitos de imputação.

3. Identifique a assertiva CORRETA:

- a) Se o fato é cometido sob coação moral irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem, atuando o coagido acobertado por excludente de culpabilidade.
- b) Uma mulher, supondo estar grávida, ingere substância abortiva apta a expelir o feto, quando, na realidade, não existia gravidez. Neste caso, deverá ela responder pelo crime de autoaborto na modalidade tentada.
- c) João, pretendendo matar seu pai, Paulo, desfere disparos de arma de fogo contra este, enquanto Paulo conversava com seu vizinho Pedro. Entretanto, por erro na execução, João acaba apenas por atingir e matar Pedro. Neste caso, João responderá pelo crime de homicídio culposo contra Pedro, tendo em vista fator imprudente em sua conduta.
- d) Considere que “A”, pretendendo matar “B”, seu desafeto, aponta em sua direção uma arma de fogo e aperta o gatilho por diversas vezes, não ocorrendo nenhum disparo em razão de defeito estrutural da arma que, de forma absoluta, impede o seu funcionamento. Nessa situação, “A” será punido pela tentativa de homicídio, porquanto agiu com manifesta vontade de matar “B”, não consumando o crime por circunstâncias alheias a sua vontade.
- e) “A” com dolo de matar, com seu revólver calibre 38, dispara duas vezes contra “B”. A vítima, atingida no braço e na perna, tenta fugir, mas, perseguida por “A”, cai ao solo em virtude dos dois ferimentos. No chão, implora por sua vida. Sensibilizado, ainda com a arma municiada e podendo realizar novos disparos contra a vítima, “A” afasta-se do local. A vítima é socorrida por terceiros e levada a um hospital, onde se restabelece. Diante de toda essa problemática, é correto afirmar que “A” deverá responder por tentativa de homicídio, pois não conseguiu atingir o resultado morte de “B” por circunstâncias alheias a sua vontade.

4. Acerca do Crime de Homicídio, identifique a alternativa CORRETA:

- a) O crime de homicídio doloso qualificado pela motivação torpe é compatível com o privilégio se o delito foi praticado pelo motivo de relevante valor moral.
- b) No crime de homicídio, a qualificadora relativa ao emprego de tortura foi tacitamente revogada pela lei específica que previu o crime de tortura com resultado morte.
- c) Para a configuração da qualificadora relativa ao emprego de veneno no crime de homicídio, é indiferente o fato de a vítima saber que ingere tal substância.
- d) O homicídio imprudente (culposo) praticado na direção de veículo automotor encontra tipicidade em dispositivo do Código de Trânsito Brasileiro, e não no Código Penal. Neste caso, preenchidas as condições legais, é possível a incidência do Perdão Judicial.
- e) Aquele que pratica homicídio mediante premeditação responde por crime de homicídio qualificado, por envolver justamente o planejamento prévio do delito contra a vida.

5. Atenção ao caso hipotético: “A” e “B”, ambos com dezenove anos de idade, planejaram, em comum acordo, furtar bens dos pais de “A”, quando estes estivessem trabalhando. Na data combinada, os agentes subtraem joias e dinheiro no valor total de R\$ 25.000,00 da residência do casal, local onde reside “A”. Os pais de “A” contam, cada um, com cinquenta e cinco anos de idade. Com base nessa situação hipotética e no que dispõe o Código Penal Brasileiro, assinale a opção CORRETA.

- a) “A” e “B” estariam isentos de pena caso os valores subtraídos não ultrapassassem o de um salário-mínimo.
- b) Caso “B” seja primário, o juiz pode diminuir a pena de um a dois terços, ou aplicar-lhe somente multa.
- c) **Independentemente da quantia e da utilidade dos bens subtraídos, “A” está isento de pena.**
- d) A ação penal, no caso, será pública condicionada à representação das vítimas.
- e) Por expressa disposição do Código Penal, não há tipicidade material na ação de “A” e “B”.

6. Avalie as assertivas abaixo para identificar a alternativa CORRETA:

I – Conforme orientação sumulada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), existe crime de latrocínio quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.

II - Maria, em estado puerperal, mata, com a ajuda da enfermeira Tânia, o seu filho que acabara de nascer. Neste caso, apesar de o infanticídio ser crime próprio, ambas responderão por este delito, por força da regra contida no art. 29 do Código Penal.

III – Conforme dispositivo do Código Penal Brasileiro, quando a ofensa decorrente do delito de injúria consiste na utilização de elementos de raça, cor, etnia ou procedência nacional, tem-se tipo qualificado do delito contra a honra.

IV – “A”, sabendo que sua genitora, “B”, apresentava sérios problemas mentais, que retiravam dela a capacidade de discernimento, e com o intuito de receber a herança decorrente de sua morte, induziu-a a cometer suicídio. Em decorrência da conduta de sua filha, “B” cortou os próprios pulsos, mas, apesar das lesões corporais graves sofridas, ela não faleceu. Nessa situação, “A” cometeu o crime de induzimento ao suicídio, na forma tentada.

V - Objetivando praticar suicídio num pacto de morte, o casal de namorados “A” e “B” se coloca em um quarto fechado com a torneira de gás pelo lado de fora. “A” sai do quarto e abre a torneira de imediato retornando ao interior do recinto. No entanto, apenas “B” falece em razão da asfixia provocada pelo gás. É certo dizer, neste caso, que “A” deve responder pelo crime de instigação, induzimento ou auxílio ao suicídio.

Estão CORRETAS:

- a) todas as assertivas.
- b) apenas as assertivas I, III, IV e V.
- c) apenas as assertivas II e V.
- d) **apenas as assertivas I e II.**
- e) apenas as assertivas III e IV.

7. Acerca dos crimes contra Dignidade Sexual, assinale a alternativa CORRETA:

a) Consoante doutrina majoritária, a prostituta não pode ser vítima de estupro, porque o bem jurídico tutelado pelo art. 213 do Código Penal é o “costume”, ou seja, a moralidade sexual pública. Não por outro motivo, o título VI do Código Penal é rotulado como “crime contra os costumes”.

b) **É possível que o crime de estupro seja praticado sem o contato físico entre agente agressor e vítima.**

c) As qualificadoras do crime de estupro são dolosas (art. 213, § 1º e § 2º, CP), ou seja, o agente que, ao matar a vítima após a prática de estupro, modificando seu dolo, responde somente pelo crime em apreço (estupro), sendo a morte um fato posterior impunível.

d) Conforme verificado em sala de aula, não existe legislação criando o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro, sendo tal construção apenas adstrita à jurisprudência dos tribunais superiores.

e) O crime previsto no art. 233 do Código Penal, consistente em praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público, tem a mesma pena (tipo e quantidade em abstrato) que a infração penal prevista no art. 215-A do Código Penal (Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro).

8. Acerca das Infrações Ambientais (Constituição Federal de 1988 e Lei n. 9605/98), sobre sua estrutura e principais crimes, assinale a alternativa CORRETA:

a) Conforme previsão legal, são puníveis com a mesma penalidade (tipo e quantidade de pena em abstrato) o agente que abate um animal silvestre e o agente que mata um cachorro ou gato doméstico.

b) A Constituição Federal, em seu art. 225, nos apresenta um mandado de descriminalização em relação ao meio ambiente, eis que impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

c) Conforme previsão constitucional acerca da responsabilidade penal das pessoas jurídicas por crimes ambientais, a responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

d) Não existe previsão na lei de Crimes Ambientais (Lei n. 9605/98) sobre a desconsideração da pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

e) Conforme recente decisão veiculada pelo STF, encontra amparo na Constituição Federal a interpretação de normais federais para autorização de abate de animais apreendidos em situação de maus-tratos, porque em consonância com a proteção da fauna e da flora.

9. Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O crime de coação no curso do processo é de natureza formal, ou seja, independe da satisfação do interesse do agente, e possui causa de aumento de pena de 1/3 até 1/2 se o processo envolver crime contra a dignidade sexual.

b) A conduta de retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal caracteriza o delito de prevaricação.

c) Nos crimes em licitações e contratos administrativos a pena de multa não poderá ser superior a 2% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

d) A conduta de dar causa à instauração de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe ato ímprobo de que o sabe inocente caracteriza o crime de denúncia caluniosa.

e) No crime de favorecimento pessoal, se quem presta o auxílio ao autor do delito é o ascendente do criminoso, ficará isento de pena.

10. A respeito dos delitos previstos na Lei n. 11.343/2006, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O delito de tráfico de drogas, na sua modalidade privilegiada, é crime equiparado a hediondo.

b) A causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas só pode ser aplicada se todos os requisitos, cumulativamente, estiverem presentes.

c) Conforme entendimento majoritário, o princípio da insignificância não se aplica ao delito de tráfico de drogas, pouco importando a quantidade de entorpecente apreendido, haja vista que o bem protegido é a saúde pública.

d) É causa de aumento de pena, referente ao delito de tráfico de drogas, se a conduta envolver ou visar a atingir criança ou adolescente.

e) A causa de aumento de pena referente ao tráfico interestadual independe da efetiva transposição de fronteiras da droga, bastando a intenção do agente.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O juiz das garantias é uma figura típica do sistema inquisitorial.
- b) A Justiça Restaurativa não é incentivada, tampouco admitida no Brasil.
- c) Segundo o STJ, o art. 385 do Código de Processo Penal, que permite o juiz proferir sentença condenatória ainda que o Ministério Público tenha requerido a absolvição, é compatível com o sistema acusatório e não foi tacitamente derogado pelo advento da Lei n. 13.964/2019, responsável por introduzir o art. 3º-A no Código de Processo Penal.
- d) O princípio da identidade física do juiz, introduzido ao processo penal por meio da Lei nº 11.719/2008, que acrescentou o § 2º ao art. 399 do CPP, não admite exceções.
- e) Nenhuma alternativa está correta.

2. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A possibilidade de oferecimento do acordo de não persecução penal é conferida exclusivamente ao Ministério Público, não cabendo ao Poder Judiciário determinar ao Parquet que o ofereça.
- b) Constitui fundamentação idônea para o não oferecimento de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) a existência de vários registros policiais e infracionais, embora o réu seja tecnicamente primário, bem como a utilização de posição de liderança religiosa para a prática de delito de violação sexual mediante fraude (ausência dos requisitos subjetivos legais).
- c) Por constituir um poder-dever do Ministério Público, o não oferecimento tempestivo do acordo de não persecução penal desacompanhado de motivação idônea constitui nulidade absoluta.
- d) O Ministério Público é obrigado a notificar o investigado acerca da recusa da proposta do Acordo de Não Persecução Penal, expondo os motivos pelos quais optou pela não propositura do acordo, a fim de que o investigado exerça seu direito de recorrer.
- e) Nenhuma alternativa está incorreta.

3. Assinale a alternativa CORRETA a respeito de procedimento e provas no Código de Processo Penal.

- a) O procedimento será sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- b) Dá-se à fotografia do documento, ainda que não autenticada, o mesmo valor do original.
- c) O juiz não pode determinar a publicação de sentença condenatória de forma resumida por referida prática caracterizar cerceamento de defesa.
- d) A oitiva de testemunha referida será realizada mesmo que ao juiz não pareça conveniente.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

4. No curso de investigação policial, após a colheita dos elementos de informação, foi apurado que Álvaro praticou o crime de homicídio contra Alberto e que o agente planejava fugir do país para evitar responder pelo crime.

Considerando o fato narrado, Robson poderá ser preso:

- a) em flagrante exclusivamente pela autoridade policial;
- b) em flagrante pela autoridade policial ou por qualquer do povo;
- c) preventivamente, de ofício, por ordem da autoridade judiciária competente;
- d) temporariamente, de ofício ou após requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial;
- e) preventivamente, por ordem da autoridade judiciária competente, se houver requerimento e forem insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão.

5. Sobre o instituto do desaforamento no rito do Tribunal do Júri, assinale a alternativa CORRETA de acordo com a legislação processual penal:

- a) O desaforamento poderá ser determinado no interesse da ordem pública, por razões de excesso de serviço, e nos casos de dúvida sobre a imparcialidade do júri ou do juiz, ou da segurança pessoal do acusado.
- b) A pendência de recurso contra a decisão de pronúncia não impede o pedido de desaforamento.
- c) O desaforamento admite representação do juiz competente, que será ouvido quando a medida não tiver sido por ele solicitada.
- d) O pedido de desaforamento será apreciado imediatamente pelo juiz em que tramita a ação penal que, concordando com o pleito, remeterá o processo para a instância superior, que poderá entender de modo diverso.
- e) Sendo relevantes os motivos alegados pela parte, o juiz poderá determinar a suspensão do julgamento pelo júri.

6. Acerca do rito do Tribunal do Júri e suas particularidades, assinale a alternativa INCORRETA segundo o Código de Processo Penal e a jurisprudência das Cortes Superiores:

- a) Da decisão de pronúncia cabe recurso em sentido estrito, mas da decisão de impronúncia cabe apelação.
- b) Durante a sessão de julgamento não será admitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de três dias úteis, dando-se ciência à outra parte.
- c) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.
- d) Na sessão do júri, os jurados não poderão formular perguntas às testemunhas ou ao acusado, porque isto poderia contaminar o Conselho de Sentença.
- e) Se houver desclassificação do crime contra a vida para outro de competência do juiz singular, ao presidente do Tribunal do Júri caberá proferir sentença em seguida. Quando o delito resultante da nova tipificação for considerado pela lei como infração de menor potencial ofensivo, poderão ser aplicados os institutos e benefícios previstos na Lei nº 9.099/95, inclusive.

7. Sobre a intimação do acusado da sentença no processo penal, é CORRETO afirmar:

- a) O acusado preso será sempre pessoalmente intimado da sentença condenatória.
- b) O acusado solto será sempre pessoalmente intimado da sentença condenatória, seja assistido pela Defensoria Pública ou defensor dativo, seja contando com defensor constituído.
- c) O acusado solto será sempre pessoalmente intimado da sentença absolutória, seja assistido pela Defensoria Pública ou defensor dativo, seja contando com defensor constituído.
- d) É dispensada a intimação por edital da sentença condenatória do acusado solto assistido pela Defensoria Pública se não foi localizado nos endereços disponíveis.
- e) O acusado preso será pessoalmente intimado da sentença condenatória apenas se assistido pela Defensoria Pública ou defensor dativo.

8. Sobre a comprovação da materialidade no crime de tráfico de entorpecentes, é CORRETO afirmar:

- a) Para a lavratura do auto de prisão em flagrante não se exige nenhuma espécie de laudo pericial, bastando o depoimento dos agentes responsáveis pela prisão.
- b) Para a lavratura do auto de prisão em flagrante, é suficiente o laudo preliminar de constatação da natureza e quantidade da droga, obrigatoriamente firmado por perito oficial.
- c) Para o oferecimento da denúncia, é suficiente o laudo preliminar de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.
- d) Para o oferecimento da denúncia, será necessário o laudo pericial definitivo, a não ser que o laudo preliminar provisório venha dotado da mesma certeza do definitivo, certificado por perito oficial, em procedimento equivalente.
- e) Para a prolação da sentença condenatória, será sempre necessário o laudo pericial definitivo, ainda que o laudo preliminar provisório venha dotado da mesma certeza do definitivo, certificado por perito oficial, em procedimento equivalente.

9. Sobre nulidades no processo penal, assinale a alternativa CORRETA de acordo com o CPP e com a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.
- b) É nulo o julgamento de recurso criminal, na segunda instância, sem prévia intimação, ou publicação da pauta, inclusive em habeas corpus.
- c) Verificada a nulidade do ato processual, é dever do juiz declará-la, ainda que não influa na verdade substancial ou na decisão da causa.
- d) A incompetência relativa do juízo anula todos os atos, decisórios ou instrutórios.
- e) Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, salvo se nomeado defensor dativo, caso em que fica suprida a nulidade.

10. O efeito recursal que autoriza o juiz a se retratar da decisão proferida é conhecido como efeito:

- a) Suspensivo.
- b) Devolutivo.
- c) Extensivo.
- d) Expansivo.
- e) Regressivo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado:

- a) Consiste na imposição de limitações ao exercício da função pública, vedando que condutas que importem em disponibilidade do interesse público.
- b) É conceituado como a obrigação de os agentes públicos respeitarem a lei e outros instrumentos normativos existentes na ordem jurídica.
- c) Concede prerrogativas para a Administração Pública para, nos termos da lei e visando ao interesse público, constituir terceiros em obrigações mediante atos unilateral, bem como revogar seus próprios atos inconvenientes ou inoportunos ou, ainda, anular os ilegais.
- d) Impõe que a atuação administrativa deve se pautar, além da legalidade, pela honestidade, ética e lealdade, evitando desvios de conduta e zelando pelo dever de transparência.
- e) Consiste na eficiência na atividade administrativa e na busca de resultados contidos na Constituição com os menores custos.

2. Assinale a alternativa INCORRETA sobre as autarquias:

- a) São entidades da administração pública indireta, dotadas de personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e autonomia administrativa, criadas por lei específica para o exercício de atividade típica de Estado.
- b) Estão sujeitas à responsabilidade civil na modalidade objetiva pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o causador do dano nos casos apenas de dolo.
- c) Gozam de tratamento jurídico equiparado à Fazenda Pública, tal como prazo em dobro e remessa necessária.
- d) Conselhos de classe possuem natureza jurídica de autarquia e, via de regra, estão sujeitos a controle pelo Tribunal de Contas.
- e) Seus atos e contratos são públicos, assim como seus bens.

3. Agência executiva:

- a) Consiste em autarquia em regime especial com alto grau de especialização técnica, com a função de regular um setor da atividade econômica ou determinado serviço público.
- b) Possui dirigentes estáveis e com mandato com prazo fixo, vedada a exoneração *ad nutum*.
- c) São autarquias qualificadas por meio de uma lei específica, editada pelo Congresso Nacional.
- d) Pressupõe a celebração de contrato de gestão com o respectivo Ministério supervisor e a apresentação de um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional.
- e) Trata-se de um patrimônio personalizado para uma finalidade específica.

QUESTÃO ANULADA

4. Assinale a alternativa CORRETA sobre os poderes da Administração Pública:

- a) O poder regulamentar é aquele conferido à Administração Pública de expedir normas gerais, ou seja, atos administrativos gerais e abstratos, com eficácia *erga omnes*, nos limites da lei.
- b) O poder disciplinar é o poder interno que o administrador tem de estruturar, escalonar, organizar os quadros da administração.
- c) Decorre do poder normativo a prerrogativa de aplicar penalidades a pessoas que tenham um vínculo especial com a Administração Pública.
- d) No exercício do poder disciplinar, a administração pública, quando se depara com situação em que a conduta do investigado se amolda às hipóteses de demissão ou de cassação de aposentadoria, dispõe de discricionariedade para aplicar pena menos gravosa.
- e) Os regulamentos autônomos são admitidos no ordenamento jurídico brasileiro, à luz do poder normativo.

5. É hipótese de inexigibilidade de licitação, segundo a Lei n. 14.133/21:

- a) Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- b) Venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo.
- c) Venda de ações e de títulos.
- d) Para contratação que tenha por objeto materiais de uso das Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante autorização por ato do comandante da força militar.
- e) Nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.

6. Assinale a alternativa CORRETA a respeito do regime jurídico administrativo:

- a) A Administração Pública, por se sujeitar a um regime jurídico especial, não pratica atos regidos pelo direito privado;
- b) O interesse público secundário sempre prepondera em face dos particulares;
- c) A indisponibilidade do interesse público impede, como regra, que a Administração Pública se submeta à arbitragem;
- d) A crítica à supremacia do interesse público sobre o privado considera que não existe um interesse público abstrato, mas finalidades públicas que não necessariamente estão em confronto com interesses privados.
- e) A alteração unilateral dos contratos administrativos é uma demonstração da indisponibilidade do interesse público.

7. Considere as seguintes assertivas:

- I - A desconcentração é a especialização de funções dentro da mesma estrutura, sem a criação de uma nova pessoa jurídica.
- II - A outorga corresponde à descentralização feita por meio de lei, passando a entidade a receber a execução da atividade, mas não a sua titularidade.
- III - Os entes da Administração Pública Direta não têm qualquer vínculo de controle ou supervisão sobre os entes da Administração Pública Indireta por eles criados.
- IV - Segundo o STF, a OAB é espécie de autarquia.
- V - Em uma sociedade de economia mista o poder público pode até não deter a maior parte do capital social, mas tem que deter a maior parte das ações com direito a voto.

Pode-se dizer que:

- a) Estão corretos os itens I e II.
- b) Estão corretos os itens I e III.
- c) Estão corretos os itens I e V.
- d) Estão corretos os itens III e IV.
- e) Estão corretos os itens IV e V.

8. Quanto às formas de intervenção do Estado na propriedade privada pode-se dizer que:

Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina

Rua dos Bambus, 116, Itacorubi, Florianópolis-SC, 88034-570, (48) 3231-3045

www.esmesc.com.br

- a) Se a servidão administrativa não for titulada e averbada, não poderá haver proteção possessória.
- b) De acordo com o STF, ofende o princípio federativo a requisição de bens e serviços de um ente federativo por outro, o que somente se admitiria à União, de forma excepcional, durante a vigência das medidas excepcionais de estado de defesa.
- c) De acordo com o STF, para que os Estados, Distrito Federal e Municípios possam requisitar de particulares bens e serviços necessários ao enfrentamento de situação emergencial de saúde pública deve haver autorização excepcional da União.
- d) A ocupação temporária de propriedade privada para execução de obra pública ou a prestação de serviço público exige perigo iminente.
- e) O princípio da hierarquia verticalizada entre entes federativos se aplica ao tombamento.

9. Assinale a alternativa CORRETA quanto aos elementos dos atos administrativos:

- a) O ato praticado pelo agente fora dos limites da sua competência é chamado de desvio de poder.
- b) Em regra, o ato administrativo não é nulo se, violada sua finalidade específica, for preservada sua finalidade abstrata (interesse público).
- c) Diante do princípio da solenidade das formas, o formalismo no Direito Administrativo é absoluto.
- d) Em âmbito federal, a delegação de competência pode ser praticada entre órgãos hierarquizados ou não.
- e) Os atos praticados durante a delegação são de responsabilidade da autoridade delegante.

10. Julgue as seguintes assertivas a respeito da responsabilidade civil extracontratual do Estado:

- I - O fundamento da responsabilidade civil objetiva, prevista no art. 37, §6º da CF/88, é a teoria do risco administrativo.
- II - Em situações especiais de grave risco pode o Estado ampliar a responsabilidade para além do art. 37, §6º da CF/88, inclusive por lei ordinária.
- III - A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de Direito Público pressupõe um ato ilícito praticado por agente público no exercício de sua função.
- IV - De acordo com o STF, o Estado deve ser responsabilizado por danos praticados por detentos foragidos do sistema prisional.
- V - A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.

Pode-se dizer que:

- a) As assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) As assertivas I, II e V estão corretas.
- c) As assertivas I, III e IV estão corretas.
- d) As assertivas II, III e V estão corretas.
- e) As assertivas I e II estão corretas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Considere as seguintes assertivas:

- I. Os princípios da isonomia e da *capacidade contributiva*, como corolários da justiça fiscal, não são obliterados quando em voga tributos contraprestacionais como, por exemplo, as *taxas*.
- II. A imunidade de que trata o art. 150, inciso VI, alínea “d”, da Constituição, alcança o livro digital (“e-book”). A teleologia da regra de imunidade igualmente alcança os aparelhos leitores de livros eletrônicos (ou “e-readers”) confeccionados exclusivamente para esse fim, ainda que, eventualmente, estejam equipados com funcionalidades acessórias ou rudimentares que auxiliam a leitura digital, tais como dicionário de sinônimos, marcadores, escolha do tipo e do tamanho da fonte etc. Entretanto, não estará ao abrigo da imunidade o aparelho com outras funcionalidades, que equiparem o “e-readers” aos “tablets” como, por exemplo, câmeras para vídeos e outros.

III. É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

Assinale a única resposta CORRETA:

- a) Nenhuma assertiva está correta.
- b) Estão corretas as assertivas I e II.
- c) Estão corretas as assertivas I e III.
- d) Estão corretas as assertivas II e III.
- e) Estão corretas todas as assertivas.

2. Considere as seguintes assertivas:

- I. Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária sujeita-se ao princípio da anterioridade de exercício.
- II. É admissível a redução da *multa* tributária para mantê-la em patamar igual ao valor do *tributo*, à luz do princípio do não-*confisco*.
- III. Há imunidade recíproca quando o serviço público possuir cunho essencial e exclusivo (como o de saneamento, por exemplo), mesmo que prestado por pessoa jurídica de direito privado.

Assinale a única resposta CORRETA:

- a) Nenhuma assertiva está correta.
- b) Estão corretas as assertivas I e II.
- c) Estão corretas as assertivas I e III.
- d) Estão corretas as assertivas II e III.
- e) Estão corretas todas as assertivas.

3. Considere as seguintes assertivas:

- I. De acordo com o CTN, sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo e, sujeito passivo da obrigação acessória, a pessoa obrigada ao pagamento de penalidade pecuniária.
- II. A isenção e a anistia são hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- III. Conforme o previsto no CTN, considera-se espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração, desde que depositado o valor integral do débito discutido.

Assinale a única resposta CORRETA:

- a) Nenhuma assertiva está correta.
- b) Estão corretas as assertivas I e II.
- c) Estão corretas as assertivas I e III.
- d) Estão corretas as assertivas II e III.
- e) Estão corretas todas as assertivas.

4. Considere as seguintes assertivas:

- I. O imposto sobre a propriedade territorial rural, de competência dos Municípios, será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.

II. A União poderá instituir, mediante lei complementar, impostos residuais, assim chamados aqueles não previstos no artigo 153 da Constituição Federal, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos discriminados na Constituição.

III. A União poderá instituir, mediante lei ordinária, impostos denominados extraordinários, na hipótese de guerra externa ou sua iminência, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

Assinale a única resposta CORRETA:

- a) Nenhuma assertiva está correta.
- b) Estão corretas as assertivas I e II.
- c) Estão corretas as assertivas I e III.
- d) Estão corretas as assertivas II e III.**
- e) Estão corretas todas as assertivas.

5. Considere as seguintes assertivas:

- I. As lanchas, por não serem veículos automotores, não se sujeitam à incidência do IPVA.
- II. A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.
- III. A proibição da cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumento denomina-se “princípio da anualidade geral”.

Assinale a única resposta CORRETA:

- a) Nenhuma assertiva está correta.
- b) Estão corretas as assertivas I e II.**
- c) Estão corretas as assertivas I e III.
- d) Estão corretas as assertivas II e III.
- e) Estão corretas todas as assertivas.

6. O Município de Tangará/SC, por meio da Lei Municipal n. 999/2021, cumpridas as demais formalidades constitucionais e legais, concedeu isenção parcial de IPTU para munícipes que comprovassem estar em situação de hipossuficiência financeira, conforme requisitos previstos expressamente. Em 7/7/2022, contudo, revogou o diploma.

Com base na situação hipotética narrada, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Trata-se de isenção em caráter geral e gratuita; não se aplicam os princípios da anterioridade na revogação.
- b) Trata-se de isenção em caráter individual e onerosa; aplicam-se os princípios da anterioridade na revogação.
- c) Trata-se de isenção em caráter geral e onerosa; aplicam-se os princípios da anterioridade na revogação.
- d) Trata-se de isenção em caráter geral e onerosa; não se aplicam os princípios da anterioridade na revogação.
- e) Trata-se de isenção em caráter individual e gratuita; aplicam-se os princípios da anterioridade na revogação.**

7. Sobre as imunidades tributárias:

ESMESC

- a) Qualquer estatal está abrangida pela imunidade recíproca, desde que o fato gerador esteja vinculado a suas finalidades essenciais ou delas decorra.
- b) Por limitar a atividade estatal, necessitam, em regra, de interpretação restritiva.
- c) **Não vedam imposição de obrigações tributárias acessórias.**
- d) Podem ser revogadas por emenda constitucional.
- e) A Constituição prevê apenas imunidades de impostos.

8. Taxas e contribuições de melhoria são duas espécies tributárias tratadas especificamente pela Constituição e pelo Código Tributário Nacional.

Sobre elas, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Taxas podem ser cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva de serviços públicos específicos e divisíveis, desde que efetivamente prestados ao contribuinte.
- b) **Taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.**
- c) Contribuição de melhoria apenas pode ser cobrada pela União.
- d) Contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, e como limite individual a despesa realizada.
- e) É inconstitucional instituir taxa para acesso ao Poder Judiciário.

9. Marque a CORRETA:

- a) A definição legal do fato geral depende da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.
- b) Sujeito passivo responsável é aquele que tem relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- c) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, ainda que conste do título a prova de sua quitação.
- d) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de um ano a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.
- e) **É pessoalmente responsável o espólio pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.**

10. O responsável pelo restaurante “Bom de Boca”, em franco crescimento de clientela no Município de Florianópolis/SC, assustou-se com os tributos que tem pago. Ainda que os repasse no valor dos alimentos e refeições servidos, está preocupado em aumentar muito o preço no cardápio e atrapalhar o crescimento. Ainda, por discordar das conclusões fazendárias sobre o cálculo, pretende ajuizar ação de repetição de indébito.

Sobre essa situação hipotética, de acordo com o texto expresso da lei e o entendimento jurisprudencial:

- a) O tributo pago pelas refeições servidas é o ICMS, e, para a repetição de indébito, o restaurante necessita de autorização de quem efetivamente custeou o tributo.
- b) O tributo pago pelas refeições servidas é o ICMS, e, para a repetição de indébito, o restaurante não necessita de autorização de quem efetivamente custeou o tributo.
- c) O tributo pago pelas refeições servidas é o ISS, e, para a repetição de indébito, o restaurante não necessita de autorização de quem efetivamente custeou o tributo.
- d) O tributo pago pelas refeições servidas é o ISS, e, para a repetição de indébito, o restaurante necessita de autorização de quem efetivamente custeou o tributo.
- e) Nenhuma das anteriores.

DIREITO EMPRESARIAL

1. A Lei. N. 11.101/25/2005, alterada pela Lei n. 14.112/2020, trata da recuperação judicial da empresa. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a INCORRETA: Poderá requerer a recuperação judicial o devedor que no momento do pedido da recuperação:

- a) Não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes.
- b) Não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial.
- c) Não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes prevista na Lei de Falências.
- d) Exerça regularmente suas atividades há 2 (dois) anos e que atenda aos demais requisitos exigidos em Lei.
- e) Não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de recuperação judicial previsto na Lei de Falências.

2. A Lei. N. 11.101/25/2005, alterada pela Lei n. 14.112/2020, ao disciplinar a falência do devedor empresário e da sociedade empresária, estabelece critérios para pagamento aos credores o que denomina de "Classificação dos Créditos". Dentre as alternativas abaixo, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) Os créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias prevalecem a todos os demais créditos na ordem de pagamento.
- b) Os saldos dos créditos derivados da legislação trabalhista que excederem a 150 salários mínimos por credor serão considerados créditos quirografários.
- c) Os créditos quirografários serão pagos tão logo haja disponibilidade em caixa da massa falida.
- d) Os créditos derivados da legislação trabalhista e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor terão preferência na ordem de pagamento.
- e) Os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado são pagos com precedência a todos os demais créditos.

3. Com o advento da Lei. N. 10.406/2002 (Código Civil), a legislação brasileira passou adotar a Teoria dos Atos de Empresa, denominado de Direito de Empresa. Examine as alternativas abaixo e assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.
- b) A pessoa incapaz poderá, por meio de representante ou devidamente assistido, dar continuidade a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.
- c) Todas as pessoas que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos podem exercer a atividade de empresário.
- d) O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

e) É facultado aos cônjuges, independentemente do regime de casamento, contratar sociedade, entre si ou com terceiros.

4. A Lei. N. 10.406/2002 (Código Civil), ao tratar sobre as sociedades, apresenta modalidades diferenciadas e cada uma com suas características próprias. Leia as alternativas abaixo e, dentre elas, assinale a afirmativa CORRETA.

a) Na sociedade em comum, os bens e dívidas sociais constituem o patrimônio da própria sociedade, por se tratar de sociedade personificada.

b) Na sociedade em conta de participação existem duas modalidades de sócios: o sócio ostensivo e o sócio participante. A atividade constitutiva do objeto social nessa sociedade é exercida unicamente pelo sócio participante, em seu nome individual e sob sua responsabilidade.

c) Na sociedade em comandita simples, tomam parte duas categorias de sócios: os sócios comanditados, que respondem solidaria e ilimitadamente pelas obrigações sociais e os sócios comanditários, que se obrigam limitadamente pelo valor de sua quota na sociedade.

d) Na sociedade cooperativa, modalidade de sociedade empresária, as quotas do capital social são intransferíveis a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.

e) Na sociedade em nome coletivo, sociedade personificada, pessoas físicas e pessoas jurídicas podem tomar parte na sociedade e a administração da sociedade pode ser exercida por sócios e não sócios.

5. De acordo com a Lei n. 6.404/76, e suas alterações, que dispõe sobre as sociedades por ações e trata da sociedade anônima, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A sociedade anônima, modalidade de sociedade empresária, terá o capital social dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

b) O capital social da sociedade anônima poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.

c) A sociedade anônima poderá, como forma de captar recursos financeiros para atender seus compromissos, emitir títulos estranhos ao capital social, tais como: partes beneficiárias, bônus de subscrição e debêntures.

d) São direitos essenciais dos acionistas da sociedade anônima, dentre outros: participar dos lucros sociais; direito de voto e direito de retirar-se da sociedade nos casos previsto na Lei nº 6.404/76.

e) A diretoria da sociedade anônima será composta por 1 (um) ou mais membros eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo conselho de administração ou, se inexistente, pela assembleia geral e o estatuto social.

6. A Lei 10.406/2002 (Código Civil), ao tratar do direito societário, disciplina sobre a sociedade limitada. Leia as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

a) O capital social da sociedade limitada pode ser integralizado com dinheiro, bens suscetíveis de avaliação e prestação de serviços.

b) A legislação faculta que a sociedade limitada seja constituída por 1 (uma) ou mais pessoas. Independentemente do número de sócios, na sociedade limitada as deliberações dos sócios serão tomadas em assembleia.

c) Na sociedade limitada, o sócio não pode ceder sua quota total ou parcialmente, a quem seja sócio ou a estranho.

d) A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas prevista no contrato social e a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

e) A sociedade limitada deverá adotar, como nome, a denominação integrada pela palavra final “limitada ou a sua abreviatura.

7. De acordo com a Lei n.10.406/02 (Código Civil) e a Lei n. 6.404/76 (LSA), e suas alterações, que dispõem sobre a reorganização societária e coligação de sociedades, assinale, dentre as afirmativas, a alternativa CORRETA:

a) A fusão decorre da união de sociedades e que determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, ou seja, nova personalidade jurídica, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.

b) Considera-se coligada ou filiada a sociedade de cujo capital outra sociedade possua mais de 10% (dez por cento) do capital social de outra com direito de voto.

c) Ocorre a incorporação quando uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações e que surge uma nova personalidade jurídica.

d) Diz-se que ocorreu uma simples participação societária a sociedade de cujo capital social outra sociedade possua, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital com direito de voto na outra sociedade.

e) A cisão é a operação pela qual a sociedade transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes. Qualquer que seja a forma de cisão, a sociedade cindida extingue-se.

8. De acordo com a legislação em vigor, que trata dos títulos de crédito, dentre as afirmativas, assinale a alternativa CORRETA:

a) No cheque, feita a indicação, pelo sacador, da quantia em algarismos e por extenso de valores diferentes, o título não tem validade.

b) No ato de emissão da fatura a ser apresentada pelo vendedor ao comprador, dela poderá ser extraída uma duplicata para circular como efeito comercial e uma só duplicata não pode corresponder a mais de uma fatura.

c) A nota promissória, título emitido pelo devedor ao credor em decorrência de uma obrigação, necessita do aceite do devedor para que seja completada.

d) Na letra de câmbio o aceite, pelo sacado, é um ato necessário para a complementação do título. O aceite é puro e simples, mas o sacado não pode limitar ou modificar o aceite.

e) No caso de falta de devolução da duplicata ou seu extravio não há possibilidade de realização do protesto do título.

9. A Lei n. 10.406/02 (Código Civil) dispõe sobre o direito de empresa. De acordo com a legislação em vigor, dentre as afirmativas, assinale a alternativa CORRETA:

a) Estabelecimento é o complexo de bens organizado, para o exercício de empresa, pelo empresário, ou por sociedade empresária. O estabelecimento não pode ser objeto de alienação.

b) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado, previstas no Código Civil, com as assinaturas dos sócios nos atos constitutivos.

c) O incidente da desconsideração da personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento da sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

d) A exclusão do direito de qualquer sócio participar dos lucros e das perdas na sociedade deve estar estipulado no contrato social da sociedade.

e) O sócio, admitido em sociedade já constituída, se exime das dívidas sociais anteriormente à admissão.

10. A Lei n. 7.357/85, dispõe sobre o cheque. De acordo com a legislação em vigor, dentre as afirmativas, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O emitente do cheque ou o portador podem cruzar o cheque, mediante a aposição em dois traços paralelos no anverso do título. Esse cruzamento pode ser geral (em branco) ou especial (em preto).

b) A morte do emitente do cheque ou a sua incapacidade superveniente à emissão não invalidam os efeitos do cheque.

c) O cheque prescreve em 6 (seis) meses, contados da expiração do prazo de apresentação.

d) No caso de alteração do texto do cheque, os signatários posteriores à alteração não respondem nos termos do texto alterado.

e) O cheque apresentado para pagamento antes do dia indicado como data de emissão é pagável no dia da apresentação.